

7.05.03 -História / História Moderna e Contemporânea.

OS EMBAIXADORES DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: DIPLOMACIA ENTRE TENSÕES E TRADIÇÕES (1795-1805).

Raphael S. Gonçalves¹, Marina de Mello e Souza²

1. Estudante da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
2. Professora da FFLCH-USP - Departamento de História/Orientadora

Resumo

Neste projeto foi analisado um conjunto de fontes (missivas, relatos de viagem, memória histórica) relacionadas às relações diplomáticas entre os reis daomeanos e as autoridades luso-baianas, no período de 1795 a 1805. Através da análise articulada dos discursos expressos no conjunto documental, buscou-se identificar os agentes envolvidos nas relações diplomático-comerciais, as estruturas necessárias para sua efetivação, os interesses nela contidos e os recursos mobilizados para alcançá-los. O recorte cronológico desta pesquisa é marcado pelo envio de duas embaixadas daomeanas (1795 e 1805), abrangendo ainda uma missão apostólica portuguesa ao Daomé e a sucessão entre os reinados de Agonglo e de Adandozan. A partir da compreensão da diplomacia luso-daomeana e de sua historicidade, buscou-se caracterizá-la por elementos recorrentes e identificar as transformações ocorridas, considerando sua relação direta com as dinâmicas comerciais atlânticas e com os processos políticos locais.

Palavras-chave: história atlântica; história da África; Daomé.

Apoio financeiro: FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Trabalho selecionado para a JNIC: PRP/USP – Pró-Reitoria de Pesquisa/Universidade de São Paulo

Introdução

Esta pesquisa se debruça sobre as relações diplomáticas entre o Daomé, no Golfo do Benim, e o Império português, espaços que relacionaram-se no contexto do comércio atlântico. A proximidade latitudinal, a demanda luso-baiana por escravizados, a apreciação do tabaco na África Ocidental e a instalação, em 1721, de um forte português no Daomé, subordinado administrativamente à Bahia, reforçaram os laços entre os reinos (SILVA JR., 2017, p. 4; MACEDO, 2018, p. 114).

O Golfo do Benim era composto por poderes políticos que se relacionavam em domínios, alianças e rivalidades. Na disputa pelo acesso aos bens importados pelo atlântico, os chefes locais mobilizaram estratégias que vão de conflitos militares ao envio de embaixadas à América Portuguesa para negociar sob uma “diplomacia da concorrência” (SILVA JR., 2017, p. 23). O historiador Pierre Verger identificou oito embaixadas de reinos do Golfo que aportaram em Salvador entre 1750 e 1823.

Optou-se por estabelecer um recorte temporal entre 1795 e 1805, demarcado pelo envio de duas embaixadas. Em 1796, Portugal organizou ainda uma missão apostólica ao Daomé, com o objetivo de converter seu rei e obter novas informações sobre a região (FURTADO, 2014). Em 1797, Agonglo, rei do Daomé, foi assassinado e sucedido por Adandozan. Na virada do século, as relações luso-daomeanas se reconfiguravam sob uma nova conjuntura, com o fim do envolvimento dos Estados europeus no comércio escravista, o crescimento de portos rivais e recorrentes derrotas militares daomeanas (SILVA JR., 2017, p. 7).

Essa pesquisa contribui para a compreensão da experiência daomeana no atlântico em transformação. Além disso, demonstra os interesses de sujeitos africanos, historicizando, “através de exemplos concretos”, sua agência no atlântico (ABREU; MATTOS, 2008, p. 17).

Nosso principal objetivo é compreender a diplomacia luso-daomeana no quadro das relações atlânticas. Para isso, buscou-se identificar práticas e discursos que a compunham, verificando rupturas e continuidades. Buscou-se ainda identificar os atores que executavam a diplomacia, compreendendo as percepções e representações construídas nos encontros. Além disso, analisaram-se as habilidades desses sujeitos quanto ao alcance de seus interesses e à consciência de seu contexto de atuação.

Metodologia

Foram analisadas quatro fontes históricas, todas produzidas no período estudado e disponíveis através de transcrições. Na primeira fase de atividades, acessou-se o conjunto de “Cartas do Daomé” (PARÉS, 2013), composto por missivas assinadas pelos reis daomeanos, tendo as autoridades luso-brasileiras como destinatárias. As “Cartas” apresentam discursos mediados, pois os reis daomeanos não dominavam a língua portuguesa e mobilizavam tradutores e escrivães para sua produção, dando margem à sucessivas “traduções e ‘traições’” na voz dos reis (PARÉS, 2013, p. 301). A análise das cartas foi cotejada pela leitura da “Memória histórica” apresentada pelo erudito luso-baiano Luís Antonio de Oliveira Mendes, na Academia Real de

Ciências de Lisboa em 1806. Trata-se de um trabalho sobre o Daomé que partiu de entrevistas com embaixadores daomeanos de 1795 e com quadros administrativos portugueses que atuaram em Uidá. As informações, tratadas por Mendes, são capazes de revelar uma perspectiva luso-brasileira sobre o Daomé (SILVA, 2002).

Na segunda fase desta pesquisa, outra fonte de autoria luso-baiana foi analisada: o relato *Viagem de África em o Reino do Dahomé*, escrito por Vicente Ferreira Pires (1957), um dos padres incumbidos da missão apostólica portuguesa. O texto representa a “única descrição de cunho luso-brasileiro, realizada em fins do século XVIII, sobre a região do Daomé, por um viajante que observou *in loco* a região” (FURTADO, 2014, p. 3). O relato de Ferreira Pires foi comparado ao *A Voyage to Africa*, de John M’Leod (1820), um oficial militar e comerciante de escravos inglês que esteve em Uidá em 1803 e foi recepcionado a partir dos mesmos protocolos que o padre luso-baiano.

Esse conjunto documental foi confrontado com bibliografia sobre o contexto histórico da época no Daomé, no mundo Atlântico e no Império português e com trabalhos interdisciplinares sobre os sistemas cognitivos dos daomeanos e dos luso-brasileiros. Cada uma das fontes históricas foi fichada com descritores, possibilitando o cruzamento de temas-problema que extravasassem cada documento. Foi realizada análise discursiva, mobilizando o conceito de “escrita de si” (GOMES, 2004, p. 19) para pensar as missivas e relatos como textos relacionais em que representações dos próprios autores eram forjadas. Adotou-se ainda o conceito de decodificação da “filtragem cultural” que precede os discursos para compreensão dos relatos de viagem como reconstruções eurocentradas da realidade africana (HORTA, 1995, p. 193).

Considerou-se ainda que a documentação foi produzida em “zonas de contato” e de “interpenetração cultural” (PRATT, 2008; PARÉS, 2016, p. 36) nas quais os autores eram informados por sujeitos das “comunidades atlânticas”, experimentados social e culturalmente (LAW; MANN, 1999, p. 316). Ainda nesse sentido, essa pesquisa segue a perspectiva teórica da história atlântica que busca trazer as relações, conexões e transmissões atlânticas para o centro da análise (SILVA JR., 2017, p. 4-5).

Resultados e Discussão

A partir da análise metodológica das fontes históricas, alcançou-se um conjunto de resultados, que organizo em cinco eixos. Em primeiro lugar, identificou-se a existência de uma diplomacia interna ao Golfo do Benim, com menções, por exemplo, a embaixadores de Oió no Daomé (PIRES, 1957, p. 41) ou ao envio de embaixadores daomeanos ao Reino de Apê (PARÉS, 2013, p. 360). A documentação revela ainda uma simbologia própria dessa diplomacia local como, por exemplo, o porte de um bastão real “para [que] se tenha a embaixada por verdadeira” (SILVA, 2002, p. 272).

Em seguida, verificou-se a existência de diversas estruturas no reino do Daomé para recepção e tratamento do estrangeiro atlântico. Tanto Ferreira Pires, quanto John M’Leod registram que foram recebidos sob um protocolo específico, semelhante àquele oferecido aos capitães de navios. Funcionários da corte daomeana como o “Avogá” e o “Meú” tinham função diretamente relacionadas à recepção dos estrangeiros e eram apontados por estes últimos como “gentis e afáveis” (M’LEOD, 1820, p. 36). Em Abomé, sede interiorizada do poder real, capitães, negociantes e diretores dos fortes eram hospedados às custas do reino para comparecerem às grandes festividades nas quais “prestavam respeito ao rei”, incluindo oferta de presentes (M’LEOD, 1820, p. 55). Os daomeanos, por sua vez, ofereciam banquetes à “moda europeia” e demonstravam grande hospitalidade aos estrangeiros, de acordo com o discurso dos próprios visitantes, explicitando com a figura do estrangeiro era recorrente e esperada no Daomé.

Identificou-se também a importância dos intermediários diplomáticos entre daomeanos e luso-brasileiros. Eram, na documentação escrita pelos reis daomeanos, chamados de “brancos” pelo domínio do português e por serem batizados cristãos (PIRES, 1957, p. 85). Esses sujeitos podiam “ler e escrever para corresponderem com os capitães” (PARÉS, 2013, p. 330) e também atuaram como informantes dos viajantes, descrevendo os “usos e costumes” daomeanos para produção dos relatos europeus (PIRES, 1957, p. 86). Esses atores históricos compunham a “comunidade atlântica”, apontada por historiadores como essencial para a formação de redes eficientes e confiáveis de comércio e de comunicação (LAW; MANN, 1999).

O quarto eixo contempla a série de habilidades mobilizadas pelos reis daomeanos em suas relações diplomáticas. Os chefes africanos escreviam informados sobre a administração portuguesa, tratando, em suas missivas, o governador da Bahia por “Vossa Excelência” e a rainha e o príncipe português por “Vossa Alteza” (PARÉS, 2013). Agonglo e Adandozan demonstravam-se aberto a converter-se ao cristianismo, como estratégia para reforçar a presença comercial portuguesa diante dos portos concorrentes. Realizaram práticas diplomáticas como a troca de cartas e de presentes que representavam a reciprocidade e o equilíbrio entre os poderes (SOARES, 2014, p. 250) e souberam ativar categorias como “amizade”, “irmandade”, historicidade e reciprocidade durante as divergências, como no despacho dos missionários e nas críticas à atuação de quadros do forte português.

Por fim, destaco a intensificação do discurso diplomático sob Adandozan, que viveu um “período de crise econômica e política” com o declínio do comércio de escravizados (ARAUJO, 2012, p. 6). Enquanto Agonglo, seu antecessor, era cuidadoso e priorizava verbos como “rogo” e “tomar cuidado” em suas demandas (PARÉS, 2013, p. 334), Adandozan reforçou tanto discursos de aproximação com D. João, “senhor meu mano”, quanto discursos de crítica, como a exigência, “com a última franqueza mais” de bens importados de melhor qualidade (PARÉS, 2013, p. 346).

Conclusões

A análise historiográfica da documentação, realizada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados e da bibliografia selecionada, possibilitou reflexões que embasam algumas conclusões. Em primeiro lugar, foi possível enquadrar a diplomacia efetivada entre os reis do Daomé e as autoridades luso-baianas como um fenômeno atlântico vinculado às estratégias da concorrência entre portos escravistas do Golfo do Benim. Os potentados daomeanos utilizaram a estrutura de sua formação estatal para construir e efetivar práticas diplomáticas que favorecessem seu comércio com as nações europeias. Assim, buscavam garantir a chegada de bens atlânticos importados que funcionavam como recursos políticos e como produtos a serem ostentados e redistribuídos (LÉPINE, 2000, p. 12) para a manutenção de seu mando político.

Essa diplomacia luso-daomeana era composta historicamente por uma série de elementos, discursos e práticas, como: missivas, embaixadas, trocas de presentes, barganhas, tensões, concessões econômicas – como a negociação de preços e taxas – e concessões político-religiosas – como a conversão de Agonglo ao cristianismo e a substituição dos diretores do forte português. Todos esses elementos eram acionados e mobilizados conforme as habilidades de cada agente diplomático e se reconfiguravam conforme os contextos atlântico e local, considerando-se a “dialética estabelecida” entre as influências da micropolítica interna ao Golfo e sua inserção na economia atlântica global (PARÉS, 2016, p. 40).

Os agentes intermediários da diplomacia – “africanos europeizados e europeus africanizados” (PARÉS, 2016, p. 35) – demonstraram-se fundamentais para a realização da diplomacia, atuando como intérpretes, mensageiros, mediadores, escritores e até mesmo embaixadores. Mais do que intermediar as relações diplomáticas, os sujeitos da “comunidade atlântica” foram agentes ativos e criativos, inserindo seus interesses e demandas no jogo político, seja através dos conselhos fornecidos às autoridades, seja através da influência discursiva implícita na documentação.

Por fim, é possível afirmar que, no período analisado, o principal objetivo diplomático dos reis daomeanos foi negociar a primazia do comércio atlântico de escravizados em seu porto de Uidá. Para isso, mobilizavam diversas práticas e discursos para demonstrar os vínculos políticos entre si e o Império Português, sem renunciar a práticas locais criticadas por seus pares diplomáticos, como as festividades com sacrifícios de cativos e a captura de europeus durante as guerras com outros portos. O Estado português, por sua vez, demonstrava cada vez menos interesse na relação diplomática com os daomeanos, entendidos sob a lente do barbarismo e do despotismo.

No entanto, também ao longo desse período, os luso-brasileiros não deixaram de esboçar projetos imperiais com relação ao Daomé – sob dimensões religiosas, econômicas e políticas –, buscando “fortalecer sua posição em um reino africano em expansão [...] e que tornara-se um parceiro significativo no comércio de escravizados” (FURTADO, 2014, p. 257). Críticos ideológicos, mas parceiros comerciais, os luso-brasileiros representaram e relacionaram-se com o Daomé como uma unidade política autônoma, legítima e organizada com a qual foi possível, por meio século, dialogar diplomaticamente.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. “Em torno das ‘Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana’: uma conversa com historiadores”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, 2008, p. 5-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ARAUJO, Ana Lucia. “Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”. **Slavery & Abolition**, v. 33, n. 1, 2012, p. 1-19.

FURTADO, Júnia Ferreira. “O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé”. In: **Anais Eletrônicos do 14o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: _____ (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2004, p. 7-24.

HORTA, José da Silva. “Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações”. In: **Actas do colóquio “Construção e ensino da História de África”**, Lisboa, 1995.

LAW, Robin; MANN, Kristin. “West Africa in the Atlantic community: the case of the slave coast”. **The William and Mary Quarterly**, v. 56, n. 2, 1999, p. 307-334. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2674121>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LÉPINE, Claude. **Os dois reis do Danxome: varíola e monarquia na África Ocidental: 1650-1800**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 2000.

MACEDO, José Rivair. “A embaixada de Daomé em Salvador (1750): protocolos diplomáticos e afirmação

política de um Estado em expansão na África Ocidental”. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2018, p. 111-127. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/86065>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MILLER, Joseph C. “The dynamics of History in Africa and the Atlantic ‘Age of Revolutions’”. In: ARMITAGE, David. SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010, p. 101-124.

M’LEOD, John. **A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people**. Londres: John Murray, 1820.

PARÉS, Luis Nicolau. “Cartas do Daomé”. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, 2013, p. 295-395. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21285>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PARÉS, Luis Nicolau. **O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PIRES, P. Vicente Ferreira. **Viagem de África em o reino de Dahomé**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 [1800]. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a, Brasileira, v. 287)

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: travel writing and transculturation**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e. “A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes”. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 28, 2002, p. 253-294. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21050>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SILVA JR., Carlos da. “Interações atlânticas entre Salvador e Porto Novo (Costa da Mina) no século XVIII”. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 176, 2017, p. 1-41. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/113621>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SOARES, Mariza de Carvalho. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812”. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, 2014, p. 229-271. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21322>>. Acesso em: 21 abr. 2021.